

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira: sem compensar estados e municípios, isenção do IR não passa2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renúncia fiscal esta subestimada, aponta Fazenda 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após reunião, governo aceita discutir IOF 6

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita já mudou ao longo do tempo interpretação sobre linha8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste a servidores vai a sanção de Lula 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Senado aprova reajuste de servidores escalonando aumento11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Análise: derrotado por antecipação, o governo já pensa em desistir de aumentar o IOF
..... 12

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Fraudes no INSS: governo deve completar ressarcimento de vítimas antes do fim do ano, diz ministro
..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os embalos de uma reforma tributária - VISÃO DO DIREITO16

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A ilusão do 'Dia sem Impostos' e a urgência da educação fiscal18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo é pressionado a derrubar decreto do IOF19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não há alternativa para fim da alta do IOF, diz Haddad 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ganho do governo com IOF pode cair pela metade, prevê Itaú 23

Lira: sem compensar estados e municípios, isenção do IR não passa

BERNARDO LIMA

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto que aumenta a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil, afirmou ontem que a proposta do governo Lula não terá apoio no Congresso Nacional se não houver compensação para a perda de arrecadação de estados e municípios.

O ex-presidente da Câmara se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e disse que pretende entregar seu relatório sobre o projeto até o fim de junho.

O Ministério da Fazenda estima um impacto de R\$ 4,5 bilhões nas receitas de estados e municípios, segundo cálculos apresentados pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ao participar na terça-feira de audiência pública na comissão especial da Câmara que analisa o projeto de lei que isenta da cobrança do IR as pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil mensais. A proposta do governo também diminui a cobrança para quem ganha até R\$ 7 mil.

Lira se reuniu com Haddad para discutir a compensação proposta pelo governo. Segundo ele, a conversa com o ministro da Fazenda para tratar do assunto já estava prevista, como o objetivo de alinhar as expectativas do governo e "eliminar dúvidas" sobre o caminho que a proposta deve trilhar.

-Vamos tentar construir por esses dias, com a chegada de informações, mesmo que parciais, precisando ser complementadas pela Receita, uma base de cálculo para ver se há como a gente seguir na forma como o governo propôs a compensação, ou se a gente pode alterar -disse o deputado.

Lira enfatizou, no entanto, que se não houver compensação para estados e municípios, o projeto não passa no Congresso.

- Eu penso que não teria nem apoio mínimo no plenário da Câmara, ainda mais no Senado, se houver a perspectiva de que estados e municípios estarão perdendo recursos com a isenção do IR -afirmou o deputado a jornalistas na saída do encontro com Haddad, no Ministério da Fazenda.

'GAP DE R\$8 BILHÕES'

Embora o IR da pessoa física seja federal, o bolo total da arrecadação obtida com o tributo é compartilhado com estados e municípios, um princípio da Constituição Federal. Esse montante que é distribuído tende a ser menor com o aumento da faixa de isenção. A Constituição também determina que todo o IR que é retido na fonte de servidores estaduais e municipais pertence aos respectivos estados e municípios. Com a ampliação da faixa isenta, os governos regionais também perderão parte dessa receita.

O relator diz que cálculos da assessoria da Câmara dos Deputados mostram que a medida compensatória proposta pelo governo para a isenção do IR -a tributação maior sobre a alta

renda - não cobre a perda de receita de estados e municípios. Faltariam cerca de R\$ 8 bilhões para que toda a perda de arrecadação fosse recomposta.

- A **Receita Federal** apresentou um cenário em que existe um gap de R\$ 8 bilhões entre a arrecadação prevista e o custo da faixa de isenção. Isso pode ser trabalhado com responsabilidade fiscal, sem rompimentos -afirmou Lira.

Lira pregou o diálogo para que o governo e o Congresso busquem uma solução conjunta. A ideia é apresentar o relatório do texto na comissão da Câmara até 27 de junho.

- A gente vai ter que encontrar uma forma de neutralidade, para que se compense a abertura de receita por parte do Executivo. Isso é justo, também, para que essa despesa seja compensada. Não é justo que os estados e municípios banquem com as suas receitas e programações -disse o deputado.

PROPOSTAS EM ANÁLISE

Segundo o relator, há um conjunto de alternativas que estão sendo compiladas como sugestões.

- Pode ser aumento de alíquota para quem ganha mais, pode ser cobrança de dividendos com alíquota

maior, pode ser modificação na forma de cobrança do imposto -afirmou Lira.

Na visão da **Receita Federal**, apesar do impacto previsto com a isenção do IR, a medida deve impulsionar gastos na economia e, conseqüentemente, a arrecadação de estados e municípios.

-Quando alguém que ganha R\$ 5 mil deixa de pagar qualquer imposto, esse valor volta para economia imediatamente, na compra de bens, na compra de serviços, o que se reflete em ISS e ICMS, e vai se refletir em IVA e IPS, diretamente para os cofres estaduais e municipais - disse o secretário Barreirinhas na Câmara.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Renúncia fiscal esta subestimada, aponta Fazenda

Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon

O Ministério da Fazenda identificou que a renúncia de arrecadação do governo federal devido a benefícios tributários concedidos a setores da economia - chamada tecnicamente de gastos tributários - deve ser maior do que os números que vinham sendo estimados pela **Receita Federal** na peça orçamentária.

A situação, segundo técnicos da pasta, foi evidenciada a partir da criação da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), criada pela **Receita Federal** em 2024, obrigando as empresas a declararem o quanto usufruem de benefícios fiscais.

Há alguns exemplos que mostram essa subestimação, segundo tabela do governo obtida pelo Valor. No caso dos benefícios tributários para agricultura e agroindústria, as empresas declararam em 2024 terem usufruído de R\$ 158,3 bilhões, enquanto o fisco esperava renúncia de R\$ 58,9 bilhões. Para este ano, a previsão da Receita é de R\$ 83 bilhões de gasto tributário com o setor, quase a metade do que as empresas usufruíram em 2024.

Mesma situação para a Zona Franca de Manaus, em que é estimada renúncia de R\$ 29,9 bilhões para este ano, mas em 2024 as empresas declararam R\$ 54,7 bilhões, enquanto o Orçamento do ano passado trouxe previsão de renúncia de R\$ 32,7 bilhões.

Mais um exemplo é o caso das empresas participantes do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que declararam incentivos de R\$ 5,8 bilhões com o programa em 2024, número superior aos R\$ 3,1 bilhões que constaram no anexo do Orçamento de 2024.

Como estimativas para esses benefícios em 2025 estão abaixo do realizado em 2024, há um indicativo de que o impacto vai estourar o previsto, segundo técnicos do governo.

Na segunda-feira (26), em um evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, citou que a equipe econômica havia descoberto uma "uma caixa preta no Orçamento federal de R\$ 800 bilhões de renúncia

fiscal".

Segundo uma fonte, seguramente a renúncia de arrecadação federal devido a benefícios tributários chegará a R\$ 800 bilhões neste ano, podendo até mesmo passar. Na peça orçamentária de 2025, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em agosto de 2024, a Receita estimou que a renúncia de arrecadação será de R\$ 544,47 bilhões neste ano.

"Se essa informação prestada pelas empresas for fidedigna, mostra que o custo dessa política é muito maior do que todo mundo está imaginando", afirma Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV/Ibre.

A equipe econômica tem conseguido projetar os novos números devido à Dirb, uma declaração criada no ano passado pelo fisco que obrigou as empresas a declararem quanto usufruem de benefícios tributários. Atualmente, são 43 tipos de incentivos fiscais que precisam ser declarados, sob pena de a empresa ser multada. A Dirbi, contudo, ainda não obriga que todos os benefícios sejam declarados, enquanto os anexos de gastos tributários trazem previsões para todas as políticas que levam à renúncia de receita.

Os números que constam no demonstrativo de gastos tributários do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) são estimativas feitas pela **Receita Federal**. Segundo integrantes da equipe econômica, a Dirb tem demonstrado que essas projeções estão subestimadas, porque o fisco tem a premissa de ser sempre conservador em seus cálculos.

Pires, que também é professor da UnB e da FGV EPPG, acredita que os números que vinham sendo calculados pelo fisco podem estar mesmo subestimados. "Me parece que havia, na verdade, uma subestimação disso, porque a Receita não vai a todas as empresas e tem certa dificuldade de identificar co-

"Não se pode achar que a redução de gastos tributários será a chave para o equilíbrio fiscal" Marcos Mendes mo que o contribuinte está usando essas renúncias", afirma.

Ele diz que, a partir das novas informações, o governo

poderá ter condições de averiguar se os contribuintes estão usando de maneira adequada os benefícios. "Agora, com os dados por empresa, a Receita pode cruzar dados para ver se tem alguma inconsistência e tentar fiscalizar melhor, reduzir o volume dessas renúncias", cita Pires.

O especialista destaca que, caso confirmado que o volume de gastos tributários é maior do que o esperado, isso mostra o tamanho do desafio fiscal do governo. "Esse dado da Dirbi tem um impacto político enorme, porque mostra que as renúncias fiscais são muito maiores do que estavam sendo estimadas e algumas chegam até a ser escandalosas, a ser constrangedor o Congresso não ter condição de reverter nenhuma delas, que é o que está acontecendo nessa disputa entre o Congresso e o Ministério da Fazenda", explica.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, avalia que o detalhamento dos beneficiários dos gastos tributários trazidos pela Dirbi é um importante instrumento de transparência para ajudar a avaliar o custo dessas políticas públicas que reduzem a arrecadação federal. "A redução dos gastos tributários é importante não só por uma questão de justiça e equilíbrio fiscal, mas também para deixar de subsidiar atividades de baixa rentabilidade e baixo retorno social, que derrubam a produtividade da economia", explica o pesquisador do Insper.

Contudo, ele pondera que o governo não pode se ater somente à agenda de revisão de renúncias. "Não se pode achar que a redução de gastos tributários será a chave para o equilíbrio fiscal. Primeiro, porque a fonte primordial de desequilíbrio é o alto ritmo de crescimento da despesa primária. Segundo, porque não há incentivo político suficiente para reduzir os gastos se o objetivo for melhorar o resultado primário. Creio que só teremos chances de reduzir os gastos tributários se houver a determinação de que todo ganho fiscal daí decorrente se converterá em redução linear de **impostos**, para todos. Aí haverá pressão política da sociedade para reduzir as renúncias", avalia Mendes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=22§ion=1>

Após reunião, governo aceita discutir IOF

Gabriel Shinohara e Álvaro Campos De Brasília e São Paulo

Após reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com os presidentes dos principais bancos privados e com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o governo sinalizou que aceita discutir alguns pontos "isolados" do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) anunciado na semana passada. Os setores financeiro e produtivo, em especial o varejo, têm reagido ao aumento de carga tributária, que deve encarecer ainda mais o crédito e pode de-sestabilizar cadeias de fornecimento. Se não houver acordo, há grande risco de judicialização.

A sinalização de novos ajustes no decreto que elevou o imposto ocorre em paralelo às articulações do governo para evitar a derrubada integral do texto pelo Congresso. Ontem à noite, Haddad reuniu-se com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na tentativa de frear a ofensiva de

parlamentares. Ao fim do encontro, disse que o governo não tem uma alternativa de receita para cobrir o rombo que seria aberto caso o decreto seja revogado pelo Congresso.

Mais cedo, após o encontro com os bancos, que ocorreu pela manhã e foi incluído de última hora na agenda, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, disse que o governo está aberto ao diálogo e aceita discutir alternativas. "Hoje [ontem] a Febraban nos traz o impacto das medidas no setor de maneira legítima, de maneira bem racional, de maneira detalhada. A gente discutiu alternativas também apresentadas pela Febraban, outras que a gente trouxe para o debate, e é natural que a gente avance nesse debate sobre o que poderia ser uma alternativa a itens isolados desse ajuste no IOF."

Segundo o secretário, da parte da Fazenda foram colocadas premissas que orientaram as medidas iniciais anunciadas na quinta-feira. Durigan defendeu que se faça uma "avaliação cuidadosa" e "célere" das alternativas para decidir o que é o melhor para o país. "Faz

parte do jogo que a gente ouça as partes, entenda os impactos e faça os estudos necessários, dadas as premissas que a gente tem apresentado, que são em prol do país."

Na quinta-feira passada, horas após o anúncio das medidas, o governo já fez uma alteração no texto ao rever a alta do IOF sobre investimentos no exterior, depois da reação negativa do mercado.

Interlocutores do setor bancário disseram que o encontro de ontem teve clima amistoso e que Haddad se mostrou aberto a sugestões, mas não houve nenhum sinal claro de que o governo pode recuar. "O ministro e toda a equipe econômica ouviram atentamente, acho que estão abertos, mas têm de avaliar os detalhes das eventuais alternativas", afirmou um interlocutor a par da reunião. "Não acho que vão recuar nos pontos cruciais. Agora já é uma decisão política. Se recuarem, seriam 'jantados' pela oposição", disse outra fonte.

A reunião teve participação do presidente da Febraban, Isaac Sidney, e dos presidentes do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho;

do Bradesco, Marcelo Noronha; do Santander, Mario Leão, e do BTG Pactual, Roberto Sallouti. Do lado do governo, participaram, além de Haddad e Durigan, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, e o secretário de reformas econômicas, Marcos Pinto.

Na saída e ao lado de Durigan, o presidente da Febraban disse que o foco do encontro foi discutir o aumento do IOF sobre o crédito. Como exemplo, citou o risco sacado, comum no setor varejista, e afirmou que a modalidade está "bastante encarecida" com a mudança. Nesse tipo de operação, os fornecedores de uma determinada companhia podem antecipar nos bancos os recebíveis que têm.

De acordo com Sidney, o impacto da elevação do IOF é "severo" no custo do crédito e afeta micro, pequenas e médias empresas. "Não só trouxemos a posição contrária, não só trouxemos para o ministro Haddad os números dos impactos que, repito, são relevantes, são severos para o custo do crédito, mas trouxemos alternativas de fontes de receitas e de redução de despe-

sas", disse. O executivo não quis detalhar as medidas, alegando que serão debatidas "tecnicamente" entre a Febraban e a pasta.

Segundo ele, a conversa com o ministério começou logo após o anúncio das medidas e se estendeu pelo fim de semana. Sidney disse ter saído da reunião de

ontem com "a percepção clara de que o diálogo foi aberto com o ministro".

A Febraban não é a única que está se movimentando. Segundo o Valor apurou, a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) contratou um grande escritório de advocacia para preparar um parecer sobre a legalidade das medidas do IOF, que deve ficar pronto na próxima semana - depois, portanto, que entrar em vigor a tributação do risco sacado, prevista para 1- de junho.

Além disso, a Febraban teria sondado, ainda de maneira informal, a **Receita Federal** sobre esse ponto, mas ainda não fez um pedido de esclarecimento concreto, que exigiria uma resposta do Fisco sobre sua interpretação do decreto presidencial.

Em 2015 a Receita havia se manifestado, como resultado de uma solução de divergência, que "não incide o IOF nas operações de cessão, sem coobrigação, de direitos creditórios decorrentes de vendas a prazo, quando o cessionário for instituição financeira". Para um advogado tributarista, que falou em condição de anonimato, se a Fazenda insistir o assunto será questionado na Justiça. Isso pode ser feito de diversas formas, com uma empresa entrando com uma ação individual, pedindo um mandado de segurança, ou com uma associação setorial ingressando com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).

"O decreto do IOF é muito ruim, do ponto de vista técnico mesmo. Não dá para entender a redação de vários pontos, há dúvidas sobre incidência, mesmo sobre quem é o devedor do imposto, como ficará a questão das cooperativas. A chance de judicialização é enorme", disse um líder setorial.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=2§ion=4>

Receita já mudou ao longo do tempo interpretação sobre linha

Beatriz Olivon De Brasília

Ao longo do tempo, a **Receita Federal** já mudou sua posição sobre a possibilidade de operações de risco sacado estarem sujeitas à incidência de IOF. Em Solução de consulta Cosit de 2014 (n- 25) o Fisco trouxe a discussão mudando seu entendimento e afirmando, na época, que o IOF poderia incidir nas operações de risco sacado com coobrigação, mas não nas sem coobrigação.

As operações de risco sacado consistem na aquisição, por um banco, de recebíveis que um fornecedor tenha a receber de um cliente, aplicando um desconto sobre o valor de face. A garantia dessa operação para o banco pode ser do próprio fornecedor (que se compromete a pagar caso o cliente não pague), ou da empresa (cliente) para quem ele vendeu. No primeiro caso há coobrigação. No segundo não.

Na operação sem coobrigação, por exemplo, um fornecedor de camisetas vende para um varejista mediante pagamento em três parcelas. Com o banco ele antecipa as parcelas, mediante desconto, e o banco receberá o valor que o varejista vai pagar. Se houver calote, o banco cobra o varejista.

A partir da publicação do decreto 12.466, na última semana, tributaristas têm questionado a validade da inserção da operação de risco sacado como se fosse operação de crédito. O decreto incluiu na Lei n 6.306, de 2007, a previsão de que "a operação de antecipação de pagamentos a fornecedores e demais financiamentos a fornecedores ("forfait" ou "risco sacado") é considerada operação de crédito. Na sequência, o decreto estabelece que a operação fica sujeita à incidência do IOF, sendo a instituição a responsável pela cobrança e pelo recolhimento do imposto e, o devedor, o contribuinte.

"Não é uma operação de crédito, é uma operação com crédito", afirma Ana Cláudia Utumi, sócia-fundadora do Utumi Advogados. Não sendo operação de crédito, a mudança de alíquota e cobrança do IOF não poderia ser feita por alteração por meio de decreto. "Precisaria de lei complementar", explica. Ricardo Bolan, sócio de tributário do Lefosse, tem uma visão semelhante. "Na cessão sem co-obrigação não se está criando uma operação de crédito, o banco está apenas comprando um recebível."

A Solução de Consulta Cosit (que orienta os auditores fiscais do país) de 2014 reformou outra Solução de Consulta, de 2008 (SRRF08/Disitn 110), para explicar que "não incide o IOF nas operações de cessão, sem coobrigação, de direitos creditórios decorrentes de vendas a prazo, quando o cessionário for instituição financeira". A orientação afirma que quando houver cláusula de coobrigação do cedente (ou seja, em operações de cessão de direitos creditórios a instituição financeira com coobrigação), incide o IOF/Crédito sempre que a operação for caracterizada como desconto de títulos.

Na Solução de Consulta de 2008, a Receita esclarecia que não incidia o IOF nas operações de crédito relativas às cessões de direitos creditórios resultantes de vendas a prazo, quando o cessionário for instituição finance-

ra, por falta de previsão legal. "O imposto somente incidirá quando o cessionário for empresa que executa atividade de factoring".

O que levou à revisão em 2014 foi o questionamento feito por uma instituição financeira, que queria reforçar a diferença em relação a factoring. A partir daí a Receita dividiu as operações com coobrigação das sem.

Na resposta de 2014 a Receita afirmou que a Solução de Consulta anterior teria "operado em lapso" quando afirma que "a única previsão legal para a incidência do IOF nas operações de crédito que envolvem direitos creditórios é naquelas em que há alienação às empresas que exercem as atividades de factoring".

Citando outra Solução de Consulta, de 2013, a Receita afirma que estava correto o entendimento de um contribuinte, no sentido de não incidência do IOF para as operações em que figura como cessionário de direito creditório decorrente de venda a prazo, em operações de cessão sem coobrigação. E cita que apenas "reproduz entendimento já amplamente manifestado" pelo Fisco em soluções de consultas anteriores e corroborado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Utumi reforça que a Receita afirma na solução de consulta de 2014 que o IOF não incide nas operações

sem coobrigação e faz referência a normas que não mudaram nem foram ultrapassadas a partir do decreto da última semana. "O decreto pode mexer nas alíquotas, mas não poderia alterar a base legal", destaca. A advogada explica que a criação da tributação de uma operação que não é prevista na Constituição teria de ser feita por meio de lei complementar.

"O decreto vai contra o conceito de operação de crédito da própria **Receita Federal**. O decreto só pode esclarecer coisas e não criar incidência", afirma Fernando Colucci, sócio do Machado Meyer, sobre a norma publicada na última semana. O advogado cita o grande impacto para o setor varejista, que se beneficia das cessões de créditos e também para o setor financeiro.

Procurada, a **Receita Federal** não retornou até o fechamento. (Colaborou Álvaro Campos)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=2§ion=4)**

Reajuste a servidores vai a sanção de Lula

O Senado aprovou ontem projeto de lei que concede reajuste salarial aos **servidores públicos** do Executivo federal e reorganiza cargos. A votação foi simbólica e o texto aprovado não sofreu alterações em relação ao que havia sido remetido pela Câmara na última quarta-feira. Agora, a proposta segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto repete o conteúdo da medida provisória (MP) que foi editada pelo governo no fim do ano passado - e que perderia valor no início de junho -, em que são formalizados 38 acordos firmados com as carreiras civis do funcionalismo federal ao longo de 2024.

O projeto também consolida os novos salários para 2025 e 2026, abrangendo 100% dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da União. O reajuste médio acumulado será de 27% entre 2023 e 2026, percentual que inclui os 9% garantidos em 2023. Em 2024, não houve reajuste.

De acordo com dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, as estimativas de impacto orçamentário do projeto são de R\$ 17,99 bilhões, para 2025; R\$ 26,76 bilhões, para 2026; e R\$ 29,17 bilhões, para 2027.

No Senado, o texto não sofreu alterações; já na Câmara, foram apresentadas pelos deputados mais de 60 emendas de plenário, quase todas rejeitadas pelo relator, deputado Luiz Gastão (PSD-CE). Segundo ele argumentou, as recusas foram motivadas pelo fato de as emendas não integrarem o acordo político ou caracterizarem despesas obrigatórias de caráter continuado.

Entre as medidas retiradas na Câmara, estava proposta sobre progressão de carreira e mecanismos de avaliação de desempenho. Tais temas vão passar agora a serem discutidos por um grupo de trabalho da reforma administrativa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado aprova reajuste de servidores escalonando aumento

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (28), por votação simbólica, o projeto de lei (PL) que concede reajustes salariais a **servidores públicos** federais, após esforço do governo para aprovar o texto antes da caducidade da medida provisória (MP) sobre o tema, na próxima segunda-feira (2).

Com o impasse no rito de tramitação das MPs por comissões mistas, tramitação retomada no início de maio pelo Congresso, o governo reenviou o texto da MP do reajuste salarial ao Legislativo na forma de um projeto de lei.

O projeto propõe aumentos salariais em duas etapas: a primeira em agosto de 2025 e a segunda em maio de 2026, com percentuais de reajuste diferentes de acordo com a categoria. Essa diferenciação se deve aos acordos feitos entre cada categoria de servidores federais e o governo. O impacto acumulado é de R\$ 17,9 bilhões neste ano, R\$ 26,7 bilhões em 2026 e R\$ 29,1 bilhões em 2027.

A matéria também cria a carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

"É relevante apontar o impacto das perdas inflacionárias ao longo dos últimos anos, que resultaram em defasagem salarial do funcionalismo público federal. O reajuste concedido em 2023, de 9%, embora tenha representado um avanço, foi precedido por um período prolongado sem correção, o que acentuou a defasagem", registrou Rogério Carvalho (PT-SE), relator do texto no Senado e líder do PT na Casa." Entre

2017 e 2022, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado foi de aproximadamente 31,3%, enquanto os reajustes foram inexistentes para a maioria das categorias", pontuou o petista. "Se considerarmos o acumulado da **inflação** até 2024, os índices continuam significativamente superiores aos reajustes concedidos nos termos da proposição.", completou.

Na Câmara, o texto sofreu mudanças em relação ao original da MP, sendo retirada a parte que aborda a progressão de carreiras específicas e da progressão funcional de servidores. Esse tema será tratado por

um grupo de trabalho dos deputados sobre reforma administrativa.

Os deputados aprovaram na semana passada a proposta, que tramitava em regime de urgência. A oposição iniciou a votação com uma proposta de obstrução, chegando a protocolar um requerimento de retirada da pauta do plenário. Após ver o pedido ser rejeitado por ampla margem, deputados bolsonaristas anunciaram a mudança na orientação e passaram a se posicionar a favor do projeto "em respeito aos servidores".

Durante a tramitação, os deputados apresentaram mais de 60 emendas de plenário, das quais apenas uma foi acolhida pelo relator. De acordo com Luiz Gastão (PSD-CE), as propostas indicadas eram inconstitucionais e inadequadas do ponto de vista financeiro e orçamentário.

Agora, relatado no Senado por Rogério Carvalho, o texto não sofreu mudanças. Se fosse modificado pelos senadores, a matéria teria que retornar à Câmara antes de ser sancionada. Por ter sido aprovado sem mudanças no conteúdo, o projeto segue para sanção presidencial.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=22§ion=1>

Análise: derrotado por antecipação, o governo já pensa em desistir de aumentar o IOF

Luiz Carlos Azedo +

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, admitiu que a equipe econômica estuda alternativas que possam substituir o aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), diante das pressões do setor produtivo e financeiro e da perda de sustentação política no Congresso, a partir do momento em que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se manifestou publicamente contra o aumento.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Durigan é o integrante da equipe econômica com mais credibilidade junto ao mercado financeiro e admitiu que o governo pode recuar das propostas após reunião com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e com os dirigentes dos maiores bancos privados do país no Ministério da Fazenda. Todo o empresariado está repudiando a medida, que atinge fortemente a indústria e, também, a grande massa de empreendedores.

O aumento da alíquota do IOF sobre operações de crédito, para empresas, operações cambiais e previdência privada foi anunciado na semana passada. Atinge crédito pessoal ou financiamento (empréstimos); a compra de moedas estrangeiras (câmbio) e, também, a compra e venda de títulos (investimentos). Por isso mexe com a vida de todo mundo, do industrial ao empreendedor, não apenas dos rentistas. Já é grande a insatisfação dos contribuintes ao ter que pagar Imposto de Renda.

Leia também: STF define listas tríplices para escolha de ministros substitutos no TSE

Por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo foi obrigado a fazer um ajuste nas contas públicas, que deveria ser da ordem de R\$ 51,3 bilhões para cumprir as exigências da legislação orçamentária. A opção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi cortar R\$ 31,3 bilhões e aumentar o IOF, para arrecadar mais R\$ 20,5 bilhões neste ano. Numa conta de balcão de botequim, na prática, o governo

quis fazer um ajuste de apenas R\$ 11,25 bilhões, porém, esperteza demais engole o dono.

A lógica econômica do Palácio do Planalto é aumentar os gastos públicos para aquecer a economia e gerar e emprego, o que realmente está acontecendo, porém, com o aumento do deficit público, a **inflação** precisa ser contida pela política monetária, ou seja, o Banco Central (BC) eleva os juros (Selic). A equipe econômica sabe que precisa cortar gastos. Isso é possível sem prejudicar os programas destinados aos mais pobres, com foco na área meio e cancelamento de projetos não prioritários. Entretanto, o presidente Lula e os demais ministros não aceitam essa alternativa. Estão de olho nas eleições de 2026.

Divulgado na semana passada, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Rardp), bimestral, informa que as despesas obrigatórias deste ano ficarão R\$ 36,4 bilhões maiores do que o previsto quando o Orçamento foi aprovado. Os gastos crescem na Esplanada como as unhas dos seus ministros, só que não são cortados. O orçamento do Ministério da Justiça este ano é de R\$ 22 bilhões. O dos Transportes, R\$ 30,8 bilhões. O da Cultura, R\$ 4 bilhões. O do Povos Indígenas, R\$ 1,3 bilhão. É muito dinheiro.

Leia também: CCJ do Senado aprova projeto que suspende demarcação de terras indígenas em SC

A conta de benefícios previdenciários é de R\$ 16,7 bilhões. Com base nos dados observados de janeiro a abril deste ano, a conta de benefícios normais ficaria R\$ 9 bilhões maior do que o previsto, e a de precatórios previdenciários, R\$ 7,7 bilhões mais elevada. Se considerarmos apenas como referência o salário mínimo de R\$ 1.518,00, a despesa previdenciária aumenta em mais R\$ 4,09 bilhões. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, cresceu R\$ 2,8 bilhões. O motivo do crescimento é a concessão do benefício por via judicial.

O presidente Lula tem a transferência de renda para os mais pobres como uma promessa de campanha, isso é legítimo, pois foi eleito com essa plataforma.

Para manter esse compromisso e não ver seu governo desandar, porém, terá de cortar em outras áreas do governo, acabar com os desperdícios, combater a corrupção, cancelar programas que são perfumarias ou maracutaias mesmo.

Qualquer gestor público sabe que um corte de 2% nas despesas de uma administração não é o fim do mundo, mas uma questão de vontade política, que depende de uma opção preferencial por austeridade, eficiência, transparência, ou seja, produtividade. O uso intensivo de tecnologia pode resolver isso. Agora mesmo, nesse escândalo do **INSS**, o simples uso de biometria seria capaz de evitar as fraudes, segundo a Polícia Federal (PF).

Não se trata aqui de um debate ideológico, do tipo neoliberais versus desenvolvimentistas . Além da contingência econômica (o deficit fiscal), existe a política. Para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o Brasil não precisa de mais imposto. Precisa de menos desperdício . A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) exigem que o Congresso rejeite o aumento do IOF.

Segundo essas entidades, com o aumento do IOF, os custos das empresas e dos negócios com operações de crédito, câmbio e seguros serão elevados em R\$ 19,5 bilhões apenas no que resta do ano de 2025. Para 2026, o aumento de custo chega a R\$ 39 bilhões , com uma carga tributária do IOF para empresas em mais de 110% ao ano. Por essa razão, o governo está derrotado por antecipação: a correlação de forças no Congresso não permite o aumento do IOF. O melhor seria fazer do limão a limonada, o governo cortar na carne e cobrar do Congresso e do Judiciário a mesma atitude.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, admitiu que a equipe econômica estuda alternativas que possam substituir o aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), diante das pressões do setor produtivo e financeiro e da perda de sustentação política no Congresso, a partir do momento em que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se manifestou publicamente contra o aumento.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Durigan é o integrante da equipe econômica com mais credibilidade junto ao mercado financeiro e admitiu que o governo pode recuar das propostas após

reunião com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e com os dirigentes dos maiores bancos privados do país no Ministério da Fazenda. Todo o empresariado está repudiando a medida, que atinge fortemente a indústria e, também, a grande massa de empreendedores.

O aumento da alíquota do IOF sobre operações de crédito, para empresas, operações cambiais e previdência privada foi anunciado na semana passada. Atinge crédito pessoal ou financiamento (empréstimos); a compra de moedas estrangeiras (câmbio) e, também, a compra e venda de títulos (investimentos). Por isso mexe com a vida de todo mundo, do industrial ao empreendedor, não apenas dos rentistas. Já é grande a insatisfação dos contribuintes ao ter que pagar Imposto de Renda.

Leia também: STF define listas tríplices para escolha de ministros substitutos no TSE

Por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo foi obrigado a fazer um ajuste nas contas públicas, que deveria ser da ordem de R\$ 51,3 bilhões para cumprir as exigências da legislação orçamentária. A opção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi cortar R\$ 31,3 bilhões e aumentar o IOF, para arrecadar mais R\$ 20,5 bilhões neste ano. Numa conta de balcão de botequim, na prática, o governo quis fazer um ajuste de apenas R\$ 11,25 bilhões, porém, esperteza demais engole o dono.

A lógica econômica do Palácio do Planalto é aumentar os gastos públicos para aquecer a economia e gerar e emprego, o que realmente está acontecendo, porém, com o aumento do deficit público, a **inflação** precisa ser contida pela política monetária, ou seja, o Banco Central (BC) eleva os juros (Selic). A equipe econômica sabe que precisa cortar gastos. Isso é possível sem prejudicar os programas destinados aos mais pobres, com foco na área meio e cancelamento de projetos não prioritários. Entretanto, o presidente Lula e os demais ministros não aceitam essa alternativa. Estão de olho nas eleições de 2026.

Divulgado na semana passada, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Rardp), bimestral, informa que as despesas obrigatórias deste ano ficarão R\$ 36,4 bilhões maiores do que o previsto quando o Orçamento foi aprovado. Os gastos crescem na Esplanada como as unhas dos seus ministros, só que não são cortados. O orçamento do Ministério da Justiça este ano é de R\$ 22 bilhões. O dos Transportes, R\$ 30,8 bilhões. O da Cultura, R\$ 4 bilhões. O do Povos Indígenas, R\$ 1,3 bilhão. É muito dinheiro.

Leia também: CCJ do Senado aprova projeto que

suspende demarcação de terras indígenas em SC

atitude.

A conta de benefícios previdenciários é de R\$ 16,7 bilhões. Com base nos dados observados de janeiro a abril deste ano, a conta de benefícios normais ficaria R\$ 9 bilhões maior do que o previsto, e a de precatórios previdenciários, R\$ 7,7 bilhões mais elevada. Se considerarmos apenas como referência o salário mínimo de R\$ 1.518,00, a despesa previdenciária aumenta em mais R\$ 4,09 bilhões. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, cresceu R\$ 2,8 bilhões. O motivo do crescimento é a concessão do benefício por via judicial.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/05/7159061-analise-derrotado-por-antecipacao-o-governo-ja-pensa-em-desistir-de-aumentar-o-iof.html>

O presidente Lula tem a transferência de renda para os mais pobres como uma promessa de campanha, isso é legítimo, pois foi eleito com essa plataforma. Para manter esse compromisso e não ver seu governo desandar, porém, terá de cortar em outras áreas do governo, acabar com os desperdícios, combater a corrupção, cancelar programas que são perfumarias ou maracutaias mesmo.

Qualquer gestor público sabe que um corte de 2% nas despesas de uma administração não é o fim do mundo, mas uma questão de vontade política, que depende de uma opção preferencial por austeridade, eficiência, transparência, ou seja, produtividade. O uso intensivo de tecnologia pode resolver isso. Agora mesmo, nesse escândalo do **INSS**, o simples uso de biometria seria capaz de evitar as fraudes, segundo a Polícia Federal (PF).

Não se trata aqui de um debate ideológico, do tipo neoliberais versus desenvolvimentistas . Além da contingência econômica (o deficit fiscal), existe a política. Para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o Brasil não precisa de mais imposto. Precisa de menos desperdício . A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) exigem que o Congresso rejeite o aumento do IOF.

Segundo essas entidades, com o aumento do IOF, os custos das empresas e dos negócios com operações de crédito, câmbio e seguros serão elevados em R\$ 19,5 bilhões apenas no que resta do ano de 2025. Para 2026, o aumento de custo chega a R\$ 39 bilhões , com uma carga tributária do IOF para empresas em mais de 110% ao ano. Por essa razão, o governo está derrotado por antecipação: a correlação de forças no Congresso não permite o aumento do IOF. O melhor seria fazer do limão a limonada, o governo cortar na carne e cobrar do Congresso e do Judiciário a mesma

Fraudes no INSS: governo deve completar ressarcimento de vítimas antes do fim do ano, diz ministro

Queiroz deu a declaração ao comentar uma fala do presidente do **INSS**, Gilberto Waller - que, na terça (27), deu prazo até 31 de dezembro para concluir o processo em uma reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social**.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/29/fraudes-no-inss-governo-deve-completar-ressarcimento-de-vitimas-antes-do-fim-do-ano-diz-ministro.ghtml>

Os embalos de uma reforma tributária - VISÃO DO DIREITO

BRUNO DANTAS

O Brasil está prestes a passar por uma verdadeira revolução em seu sistema tributário - ou, pelo menos, é o que promete a tão aguardada (e temida) **reforma tributária**. Simplificar **impostos** e acabar com a famosa "guerra fiscal" entre estados e municípios soa como música para os ouvidos dos contribuintes. Mas, no âmbito do Judiciário, essa dança vai seguir no ritmo certo ou tropeçar no meio do caminho?

Quando falamos em **reforma tributária**, é inevitável pensar no impacto que isso terá sobre os processos judiciais. Afinal, nosso Judiciário já vive cheio de trabalho. Atualmente, aproximadamente 33% dos processos são relacionados a execuções fiscais - uma sobrecarga para qualquer sistema. Então, o que esperar com essas mudanças?

Dentro de uma visão romântica, poderíamos dizer: simplificação - sendo esse, inclusive, o maior trunfo da reforma. Menos siglas, menos obrigações acessórias, menos trabalho, menos dor de cabeça e, claro, a oportunidade de recolher o tributo correto logo após a concretização do fato gerador. Tudo isso com a promessa de trazer eficiência administrativa.

O bom efeito colateral da simplificação e da eficiência administrativa é que, como resultado, teríamos menos litígios, certo? Bom, em teoria, sim. Com regras claras e padronizadas, a tendência é que discussões sobre o local correto da tributação, os chamarizes de benefícios fiscais, redução de alíquotas, guerra fiscal, entre outros, diminuam - e o Judiciário agradece. Afinal, ninguém gosta de passar anos discutindo uma causa que, com um sistema mais claro, poderia nem ter existido.

Mas nem tudo são os embalos de um sábado à noite

Sejamos realistas: toda grande mudança vem com desafios. E, no caso da **reforma tributária**, o período de transição promete ser um verdadeiro vestibular para tributaristas, contadores e demais profissionais da área.

O Superior Tribunal de Justiça, recentemente, avaliou os impactos da **reforma tributária** no Poder Judiciário e concluiu que, com a instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens

e Serviços (IBS), o contencioso judicial deverá triplicar sua carga processual.

E, se nos permitem ir além, em um exercício de futurologia, podemos apontar que, com a implementação do split payment (em que, como regra geral, o valor devido de IBS e CBS é separado e tributado no momento do pagamento), veremos a balança pender para outro lado. A tendência é o aumento de ações fiscais de iniciativa do contribuinte, enquanto as ações de cobrança fiscal por parte da Fazenda fiquem em segundo plano.

No sistema atual, digamos que uma empresa realize uma venda ou preste um serviço. Ela receberá o valor total do consumidor e, apenas depois, fará os devidos recolhimentos. A administração fiscal pode entender que esses recolhimentos foram parciais ou identificar que não houve recolhimento algum, lançando, então, a cobrança pelo que considerar devido. Essa cobrança será executada judicialmente, por meio da execução fiscal. O resultado é o que já mencionamos: atualmente, 33% de todo o contencioso judicial brasileiro são ações de cobrança da Fazenda Pública.

Paralelamente, a **reforma tributária** traz o chamado split payment, metodologia que

promete sanar esse problema com a proposta de simplificar a operação - venda/ prestação de serviço, recebimento e posterior tributação.

Isso porque o recolhimento do IBS e da CBS ocorrerá automaticamente na etapa anterior, no momento do recebimento pela venda ou prestação do serviço, por meio de uma retenção automática que será repassada aos cofres públicos.

Nessa linha, se de um lado temos ações fiscais cobrando créditos não pagos pelo contribuinte, com o split payment, essas ações tendem a diminuir. Por outro lado, poderá haver aumento no número de ações que questionem e peçam a restituição de valores indevidamente retidos a título de IBS e CBS.

Quando comparamos o cenário doméstico com experiências internacionais, observamos que, na Índia, a implementação do GST (Goods and Services Tax) em 2017 trouxe benefícios de simplificação, mas também gerou um aumento considerável de disputas

relacionadas à classificação de bens e serviços e às alíquotas aplicáveis. Na Itália, por sua vez, reformas tributárias anteriores também resultaram em desafios para os tribunais, especialmente no ajuste das interpretações legais às novas regras. Isso nos leva a crer que o Brasil, até por seu histórico naturalmente instável e juridicamente inseguro, não estará isento de situações similares.

Outro ponto que pode gerar confusão é a repartição de receitas entre estados e municípios. É como dividir uma pizza em que cada fatia tem um tamanho diferente dependendo do estado. Haverá muita

discussão pelos pedaços - e sabemos que qualquer impasse federativo acaba nas mãos do Judiciário.

A dança final

Então, qual é o saldo? A resposta - aquela que ninguém gosta de ouvir, mas que todo advogado é obrigado a mencionar - é: depende. A simplificação pode, sim, trazer grandes avanços, mas apenas se for acompanhada de um plano de transição muito bem estruturado. Sem isso, o risco é cairmos em uma onda inicial de litígios que, em vez de resolver, sobrecarregará ainda mais o Judiciário.

No fundo, a **reforma tributária** nos desafia a repensar não apenas como dançar a nova música, mas também como lidar com os novos cenários - agora desconhecidos e inseguros - e como resolver as já previsíveis disputas que virão no futuro.

Há quem sustente que seria necessária até mesmo a implementação de uma reforma dupla: uma para o sistema tributário e outra que busque mecanismos alternativos e inovadores de resolução de conflitos, de forma ágil e eficiente. Do contrário, as chances de os tribunais continuarem sobrecarregados são grandes - e o contribuinte, preso em um novo labirinto fiscal.

Nesse novo momento que se aproxima, é fundamental que você, contribuinte, conte com um time de advogados e contadores bem atualizados e aptos a auxiliá-lo nos desafios da **reforma tributária**, preservando a regularidade fiscal da sua empresa. O tempo das perguntas e das situações difíceis parece não ter acabado - e, certamente, entraremos em um novo estágio.

Site: <https://flip.correiobraziliense.com.br>

A ilusão do 'Dia sem Impostos' e a urgência da educação fiscal

Em diversos cantos do país, o chamado Dia sem **Impostos** tem ganhado popularidade com ações promocionais que prometem produtos mais baratos, simulando um cenário em que o Estado não cobra **tributos**. Travestida de protesto, a iniciativa tenta transformar a carga tributária no vilão da economia, mas ignora um debate muito mais profundo e necessário: o papel dos **tributos** na construção da própria vida em sociedade.

É compreensível que a população esteja cansada da complexidade do sistema tributário e da sensação de retorno insuficiente dos serviços públicos. No entanto, culpar os **impostos** -e não a má gestão, a desigualdade na cobrança ou a sonegação- é mirar no alvo errado. **Tributos** não são castigos, são instrumentos de justiça social. São eles que financiam a saúde pública, a educação gratuita, a segurança, a previdência e tantas outras políticas que estruturam o bem-estar coletivo.

Promover um Dia sem **Impostos** é como fazer um "dia sem coleta de lixo", "sem hospital público" ou "sem professor na escola pública", "sem vacina nos postos de saúde", "sem bombeiros". É uma narrativa rasa que reforça a desinformação e o descrédito nas instituições, ao invés de fomentar o debate sobre a **reforma tributária** justa, progressiva e transparente de que o Brasil precisa.

Mais eficaz -e transformador- seria investir na educação fiscal. Ensinar desde cedo como funciona o orçamento público, o que são **tributos**, por que eles existem, de que forma podemos fiscalizar e exigir que sejam bem aplicados. Só com cidadãos conscientes de seus deveres e direitos será possível mudar de fato a realidade fiscal brasileira.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Nesse sentido, merece destaque o trabalho da Febrafite (Associação Nacional de Fiscais de **Tributos** Estaduais), que há 13 anos promove o Prêmio Nacional de Educação Fiscal. A iniciativa reconhece e valoriza projetos de escolas, instituições, imprensa e iniciativas de tecnologia que promovem a cidadania por meio da compreensão do papel social dos

tributos.

As inscrições para a edição de 2025 estão abertas até o dia 31 de julho e podem ser feitas no site www.premioeducacaofiscal.org.br. Trata-se de uma oportunidade de dar visibilidade a quem, de fato, está contribuindo para formar uma sociedade mais consciente, responsável e democrática.

Tributo não é vilão. O verdadeiro inimigo é a ignorância fiscal.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

A ilusão do 'Dia sem **Impostos**' e a urgência da educação fiscal

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/05/a-ilusao-do-dia-sem-impostos-e-a-urgencia-da-educacao-fiscal.shtml>

Governo é pressionado a derrubar decreto do IOF

RAPHAEL PATI » EDLA LULA

Acuado por pressões que surgem de todos os lados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá que fazer novas alterações no decreto anunciado, na semana passada, com mudanças nas alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF).

Ontem, foi a vez do setor financeiro e do Congresso Nacional apresentarem cálculos dos efeitos negativos da medida, que já havia sido modificada, logo após o seu anúncio, na quinta-feira.

O discurso do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União -AP), antes mesmo de se encontrar com Haddad, na reunião que ocorreu à noite, deu o tom de como seria a conversa. "Que este exemplo do IOF, dado pelo governo federal, seja a última daquelas decisões tomadas pelo governo tentando, de certo modo, usurpar as atribuições legislativas do poder Legislativo", disse ele, na sessão do Plenário, numa demonstração de que o Congresso estaria disposto a derrubar mais essa medida do governo.

Pela manhã, Haddad e a equipe econômica se reuniram com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney e dirigentes de alguns dos maiores bancos privados do país, que destacou os impactos especificamente para contratação de crédito pelas empresas. De acordo com o representante dos bancos, as medidas podem causar uma elevação entre 14,5% e 40% nas operações de curto prazo.

Ele também disse que a Febraban considera a proposta um equívoco do governo federal e que o equilíbrio das finanças públicas não deveria se dar por meio do aumento de **impostos**.

"Nós gostaríamos muito que essa medida fosse revisitada.

Agora, essa é uma decisão não só política, mas também técnica e nós continuaremos a dar subsídios para que possamos visitar esse aumento e tirar esse custo, que não é só do crédito, esse é um custo, inclusive, da produção, do investimento e do consumo", disse o executivo a jornalistas, na saída da reunião.

O decreto do governo federal também estabelece mudanças em operações de previdência e câmbio. No entanto, o presidente da Febraban disse que apenas o tema do crédito para empresas foi tratado durante o encontro. Na visão da entidade, as micro, pequenas e médias empresas devem sentir maior impacto com as mudanças, por demandarem mais linhas de curto prazo, no geral.

"Nossa preocupação foi focar exatamente em um conjunto de medidas que pudesse convencer o Ministério da Fazenda a visitar esse aumento, porque o custo no crédito, de fato, tem um impacto bastante relevante", completou Sidney.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que o governo e a equipe econômica ainda estão abertos para debater sobre as mudanças no IOF com outros setores.

Após a reunião com a Febraban, ele disse a jornalistas que a equipe econômica ainda segue em diálogo para estudar possíveis alternativas.

"A gente tem feito várias conversas, com vários setores, vários interessados do governo, do Congresso Nacional, e sempre muito disposto a atender, nas nossas premissas, a gente fazer as revisões, ajustes e estudos necessários", disse Durigan, que considerou ser natural que haja o debate.

"A orientação que eu tenho, tanto do Planalto quanto do ministro Fernando Haddad, é a gente fazer o diálogo no Congresso, apresentando as nossas razões, justificando, a gente tem hoje durante o dia algumas reuniões que vão acontecendo e a oportunidade de mostrar, discutir, poder entender quais são as demandas que têm chegado", disse o número dois da Fazenda.

Sobre a articulação com deputados e senadores, o secretário disse que o governo não cogita alterar as emendas parlamentares para reverter alguns pontos no decreto sobre o IOF e que a função do Executivo é executar o Orçamento e fazer bloqueios e contingenciamentos, para cumprir a meta fiscal.

Decretos legislativo No Congresso Nacional, onde há forte resistência à elevação do IOF, haverá, hoje, reunião de líderes, tanto no Senado quanto na Câmara

para tratar do assunto.

Nas duas casas há propostas de decretos legislativos para derrubar a decisão do governo.

Por isso, ontem à noite, Haddad foi à Residência Oficial da Câmara dos Deputados, onde discutiu com Alcolumbre e com o anfitrião, Hugo Motta (Republicanos-PB) possíveis alternativas. Também participaram da reunião, os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e da Câmara, José Guimarães (PT-CE), além da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Site: <https://flip.correio braziliense.com.br>

Não há alternativa para fim da alta do IOF, diz Haddad

Após se reunir com lideranças do Congresso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na noite de quarta-feira que o governo não terá alternativa de receita para cobrir o rombo que seria aberto neste ano caso o decreto que aumentou alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) seja revogado pelo Congresso Nacional. No entanto, abriu espaço para negociar medidas estruturais para as contas públicas a partir de 2026. Ao mesmo tempo, a equipe econômica discute com o setor financeiro mudanças pontuais na medida.

Segundo o ministro, a revogação integral do texto elevaria o volume de recursos congelados para R\$ 50 bilhões. Na semana passada, o governo anunciou uma contenção de R\$ 313 bilhões do Orçamento para garantir o cumprimento de regras fiscais. O ajuste conta com o aumento do IOF, que deve resultar arrecadação extra de quase R\$ 20 bilhões.

O encontro ocorreu em meio à pressão de parlamentares para derrubar o decreto. Participaram da reunião o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Mot-ta (Republicanos-PB), o presidente do Senado, Davi Alcolum-bre (União-AP), e outros líderes.

De acordo com o ministro, ele explicou aos parlamentares que a elevação de outro tipo de imposto, por exemplo, não seria possível, por causa de regras que impedem o aumento imediato de outros **tributos**, o que não se aplica ao IOF.

"Eu expliquei [para Motta e Alco-lumbre] que em 2025 nós temos uma certa dificuldade em virtude do fato de que existem normas constitucionais que obrigam a observação de noventena, anualidade", afirmou o ministro a jornalistas, após o encontro, que durou duas horas e terminou por volta das 23h.

Haddad afirmou, no entanto, que parlamentares sugeriram medidas estruturantes para as contas públicas, como corte de gastos tributários. Segundo o ministro, ficou acertada uma nova reunião para depois da próxima semana para tratar dessas medidas que poderiam ser adotadas para 2026 em diante para substituir o aumento do IOF.

"Falei que é absolutamente possível pensar numa agenda es-truturante, que mexesse com outros

aspectos do Orçamento, como gasto primário", relatou.

Antes da reunião, Motta e Alco-lumbre criticaram o decreto. Na declaração mais forte, o presidente do Senado disse que o Executivo tentou usurpar prerrogati-vas do Congresso. "Que este exemplo do IOF, dado pelo governo federal, seja o último daqueles e daquelas decisões tomadas pelo governo tentando, de certo modo, usurpar as atribuições legislativas", disse Alcolumbre.

A legislação prevê que o Executivo defina as alíquotas do IOF por decreto, mas não para fins arrecadatórios. Críticos da medida alegam que o objetivo do governo foi justamente elevar a arrecadação.

Já Hugo Motta afirmou que "há um esgotamento" da Casa com política de elevação de **impostos** do governo. No entanto, pontuou estar ciente dos impactos fiscais de derrubar o decreto. "A votação do PDL [projeto de decreto legislativo, que derrubaria o decreto do governo] produz alguns impactos. Não é só bom discutir a derrubada dessa medida, precisamos avançar em um debate estrutural", defendeu.

Após a reunião de ontem, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), reforçou o risco de reverter totalmente a medida.

"Foi externado pelos presidentes das Casas que há um ambiente no Congresso para revogação do decreto. O governo mantém a posição. Diante disso, o governo externou que a revogação do decreto tem uma consequência clara, consequência clara é 'shutdown', é colapso", disse Randolfe, ao se referir ao fato que as despesas discricionárias do Executivo seriam levadas

"É absolutamente possível pensar numa agenda estruturante" Fernando Haddad a um patamar tão baixo que paralisaria a máquina pública.

A negociação no Congresso ocorre ao mesmo tempo em que o governo negocia com os setores afetados mudanças pontuais. Ontem, após se reunir com representantes de bancos, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, indicou que o governo está disposto a discutir pontos isolados do decreto e aceita debater alternativas.

Não há detalhes sobre se as eventuais mudanças teriam efeito fiscal negativo. Uma das preocupações do setor é com o efeito do aumento do imposto sobre o chamado risco sacado, operação muito usada por varejistas.

O governo já havia recuado de pontos do decreto pouco após anunciar a medida, na semana passada. Ontem, a Fazenda informou que vai resgatar R\$ 1,4 bilhão de dois fundos para compensar a perda de arrecadação com esse recuo parcial. Com essa solução, não será necessário ampliar o congelamento de recursos de R\$ 31,3 bilhões.

A informação foi publicada inicialmente pela agência Reuters e confirmada pelo Ministério da Fazenda ao Valor. Serão resgatados recursos que estão parados no Fundo Garantidor de Operações (FGO) e do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). O resgate será suficiente para cobrir a perda de arrecadação com o recuo parcial do IOF, segundo a pasta. Inicialmente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia mencionado que o impacto do recuo poderia chegar a R\$ 2 bilhões, mas o número foi recalculado.

Na quinta-feira da semana passada (22), o governo publicou o decreto elevando as alíquotas de IOF para câmbio e crédito e estabelecendo uma cobrança para planos de previdência privada do tipo VGBL. Após uma reação negativa do mercado, o governo recuou no dia seguinte das medidas que subiam as alíquotas para aplicações de fundos nacionais no exterior e remessas de pessoas físicas para investimentos fora do país, medidas que foram vistas como uma tentativa de controle cambial.

Com o recuo, abriu-se o buraco de R\$ 1,4 bilhão na estimativa de receitas que constou no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento, documento divulgado na quinta-feira passada (22) e que incorporou os ganhos de arrecadação com as mudanças no IOF. Por isso, o governo teve que buscar uma solução para recompor essa receita.

Com a recomposição, a contenção de gastos do Orçamento será mantida em R\$ 31,3 bilhões, segundo uma fonte da equipe econômica informou ao Valor. O montante da contenção já tinha sido anunciado na semana passada, mas com o recuo parcial do IOF o governo discutia se precisaria aumentar o contingenciamento ou se adotaria outra medida para recompor a receita perdida. Também estava sendo cogitado deixar para o relatório bimestral de julho a decisão, mas essa hipótese foi logo descartada.

O governo, segundo integrantes da equipe econômica, não precisará publicar um Relatório Extemporâneo de

Avaliação de Receitas e Despesas, porque o decreto que trouxe o recuo no IOF foi publicado depois da divulgação do primeiro relatório bimestral.

Um decreto presidencial detalhando a contenção de gastos será publicado normalmente nesta sexta-feira (30). Emendas parlamentares e despesas discricionárias dos ministérios serão atingidas pela contenção de gastos.

De acordo com interlocutores do governo, o corte irá atingir os ministérios de maneira linear, ou seja, com impacto proporcional para todas as pastas. Por se tratar de uma das maiores rubricas não obrigatórias do Executivo, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será um dos mais afetados por essa medida, segundo apurou o Valor.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=22§ion=1>

Ganho do governo com IOF pode cair pela metade, prevê Itaú

A reação e a adaptação dos contribuintes ao aumento do IOF em algumas operações podem reduzir a projeção de arrecadação do governo com a medida de R\$ 37 bilhões, em termos anualizados, para R\$ 21 bilhões, estima o Itaú Unibanco.

O banco calcula que as mudanças atuais no IOF podem levar a uma arrecadação de R\$ 19 bilhões este ano e de R\$ 37 bilhões em 2026. Antes do recuo no aumento do IOF para fundos, essas estimativas eram de R\$ 21 bilhões e R\$ 41 bilhões, respectivamente.

"Entendemos que ainda existem conversas em Brasília que podem alterar o formato final do aumento do IOF", ponderou Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco, em encontro com jornalistas ontem em São Paulo.

Pedro Schneider, economista do banco, observou que seus cálculos são próximos aos do governo, mas o Itaú apresentou estimativas detalhadas por itens. Dos R\$ 37 bilhões em arrecadação adicional projetados para 2026 pelo governo e pelo Itaú, o banco estima que R\$ 30 bilhões viriam do crédito à pessoa jurídica, sendo R\$ 8 bilhões do fim da isenção para risco-sacado e R\$ 5 bilhões do fim da isenção para cooperativas que operam acima de certo volume; e R\$ 7 bilhões viriam de operações de câmbio, sendo R\$ 2 bilhões de gastos com viagens e R\$ 6 bilhões do fim da isenção para empréstimos de curto prazo.

O Itaú apresentou também "um cenário que parece mais plausível, que é assumir efeitos dinâmicos", disse Schneider, como a migração de algumas linhas tributadas para outros produtos. "Quando se promove um aumento de **impostos**, aquela atividade tributada, provavelmente, vai cair, e isso diminui o efeito potencial da arrecadação. E os contribuintes também reagem."

Nesse caso, ele estima que a arrecadação pode recuar de R\$ 37 bilhões para R\$ 21 bilhões, em termos anualizados. "É uma estimativa incerta, porque estamos lidando com a reação e o comportamento dos contribuintes. Mas dá um viés de que a estratégia de tributação sempre tem seus limites, porque a carga tributária já é alta e para toda ação da Receita existe uma reação dos contribuintes", disse Schneider.

Mesquita também disse que mudanças abruptas de

impostos geram incerteza, o que, em geral, não é favorável à confiança dos investidores. "A imprensa reportou que tinha gente no governo achando que era bom usar o IOF para conter a alta do dólar. Esse tipo de política nunca funciona", afirmou. "Mesmo porque, quando são criadas dúvidas sobre a perspectiva de saída de capitais, inibe também a entrada", acrescentou. "É bem contraproducente. Nem sei se foi isso exatamente que estava na cabeça, estou apenas reagindo a o que foi reportado. Mas parece uma ideia bem rudimentar."

Para compensar, pelo lado da receita, a perda de arrecadação com o recuo no aumento do IOF de fundos, o governo poderia pensar em reduzir distorções, como a isenção de criptoativos, e mirar o que gera ex-ternalidades negativas, como as apostas esportivas, sugeriram os economistas do Itaú.

"O fato da vida no Brasil é que muita gente se tomou adepta de apostas esportivas. Não vejo por que elas não pudessem ser taxadas como cigarro, bebida. Isso poderia ser uma fonte importante de receita", disse Mesquita. Ele mencionou também que o aumento do IOF deixou de fora as cripto-moedas. "O ideal seria não ter IOF, mas não parece fazer sentido deixar esse segmento isento dado que vai tributar os outros." Schneider observou as criptos não têm tributação, mas o cartão de crédito de viagem ou o envio de dinheiro, sim.

Do lado das despesas, ele disse que é importante melhorar a eficiência dos gastos. "O Brasil está com o menor nível de desemprego em muito tempo, mas os gastos com seguro-desemprego não estão no menor nível em muito tempo. As estatais dependentes do Tesouro gastam R\$ 30 bilhões ao ano. Estamos com **inflação** de 4,5%, 5% nos últimos anos e o reajuste dos servidores é de 9% por dois anos. Na despesa, também tem muito para fazer", afirmou Schneider.

Sobre a divulgação do **PIB** do Brasil no primeiro trimestre, que ocorrerá nesta sexta-feira, Mesquita disse que o resultado, provavelmente, será "exuberante". A projeção do banco é de alta de 1,7%, ante o quarto trimestre de 2024. "Deve ser um crescimento fortíssimo, muito ajudado pelo agro, mas não é só agro", afirmou. "A parte de consumo de bens e serviços ainda é sustentada pela renda", disse a economista Julia Gottlieb.

Ela estimou ainda que o novo crédito consignado privado pode acrescentar 0,6 ponto percentual (p.p.) ao **PIB** do Brasil no espaço de um ano, entre 2025 e 2026. "Se não fosse a situação global, a gente estaria revendo para cima o **PIB** desse ano", disse Mesquita, que projeta alta de 2,2% para a economia brasileira em 2025.

Lá na frente, o consignado vai aumentar a efetividade da política monetária, porque haverá mais crédito na economia, observou Mesquita. "Mas, na transição, vai na contração. Está criando algo que estimula o crédito no momento em que o Banco Central quer desacelerar a economia."

No sentido contrário, o Itaú estimou que as medidas atuais do governo sobre o IOF poderiam ser equivalentes à alta de 0,25 p.p. da Selic. Mas Gottlieb ponderou que as medidas têm efeitos diferentes. "Se aumenta o IOF em 2 p.p. para a pessoa jurídica, não dá para dizer que é equivalente a subir 2 p.p. de Selic. A pessoa jurídica é uma fração do crédito total. Além disso, quando a gente fala em aumento da Selic, isso atua a partir de diferentes canais de transmissão."

Mesquita disse que a projeção de **inflação** do Banco Central no horizonte relevante é o que determina a condução da política monetária e afirmou não ver "nenhum espaço" para corte de juros em 2025. "Vemos queda de juros só no ano que vem, com risco de escorregar do primeiro para o segundo trimestre."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188215?page=22§ion=1>